

Escândalo do STJ pode abalar todo o Judiciário

PF investiga suspeita de esquema de venda de sentenças

Por Karoline Cavalcante

Suposto esquema de corrupção e venda de sentenças envolvendo funcionários do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode "abalar todo o Judiciário" e poderá haver melhoria nas práticas internas de todos os tribunais. É o que avalia o Correio da Manhã o advogado, que atua na Corte, e analista político em Brasília Melillo Dinis.

A Polícia Federal investiga suspeitas de corrupção nos gabinetes de quatro ministros da Corte: Isabel Gallotti, Og Fernandes, Nancy Andrighi e Paulo Moura Ribeiro. As informações são de que os trabalhadores estavam atuando com venda de sentenças, ou seja, mediante o pagamento de propina, antecipavam veredictos e alteravam decisões de acordo com o interesse do cliente. Porém, ao que se sabe até o momento, sem o conhecimento dos ministros. A revelação foi feita pela revista Veja na sua edição desta semana.

"Estamos diante de um escândalo que pode abalar todo o Judiciário. Evidente que ainda é uma investigação inicial. Sempre é bom concluir as avaliações após a conclusão delas e com os dados do judiciário. O primeiro cenário é a reação do próprio STJ, que, por sua direção e pela sua tradição, tomará as medidas necessárias para encontrar os responsáveis pelos fatos, se eles se confirmarem", iniciou Dinis.

"O segundo cenário que se avizinha decorre dos movimentos que ocorrem fora do tribunal. Quem são os interessados, os corruptores, e os casos judiciais, se realmente ocorreram?", acrescentou o advogado.

O esquema

Segundo as investigações feitas pela Polícia Federal, o esquema funcionou pelo menos até dezembro de 2023, quando um dos possíveis envolvidos, o advogado Roberto Zampieri, foi morto a tiros em Cuiabá, capital do Mato Grosso. Na cena do crime, a PF teve acesso ao celular da vítima, e, a partir disso, foi aberto



Denúncias no STJ poderão afetar e mudar todo o Judiciário

um inquérito para apurar o caso.

No aparelho, foram encontradas conversas com o empresário e lobista do ramo de transporte de cargas, Andreson de Oliveira Gonçalves. Os diálogos e os documentos recuperados mostram que havia negociações para postergar casos pelo tribunal, manipulação de mandados de buscas e apreensões, vazamento de pedidos de prisão, rascunho de decisões, comprovantes de pagamento, entre outras irregularidades.

Um dos trechos divulgados mostra o lobista dizendo ao advogado que consegue mudar uma sentença no STJ, mas que é preciso pagar. "Você garante que ela se reverte?" questiona Zampieri. "Estamos há meses com o assunto dele, amigo. Você duvida do que eu te falo?", respondeu Andreson. "Então vamos fazer o que temos que fazer", voltou Zampieri. "Lógico, manda pagar o da Gallotti que já resolveu, dia 25", disse Andreson, citando a ministra da Corte. "Eu não duvido não, Andreson, é que tem momentos que as pessoas não têm grana", explicou Zampieri. "Aí, é f... sem grana não anda", finalizou o lobista.

Em um dos áudios enviados a Zampieri, Andreson demonstra preocupação com o pagamento das propinas: "Zamp, deixa eu te falar. O amigo tá p... comigo aí e p... com você, viu, cara? Foi o que eu falei pra você, Zamp, quantos dias venho falando desse negó-

cio seu, viu? Ele tá bravo. Vai dar m... esse negócio seu lá, viu? Tô te falando. Esses caras, não pode brincar com eles não, Zampa. Falou no dia, tem que cumprir, cara. Eu falei que estava tentando com você desde cedo e não tô conseguindo. Então, assim, vê o que você vai resolver aí. Eu já tinha marcado hoje com ele, não cumpri. Depois dá uma zica no seu trem lá, cê não briga comigo não, viu?".

Movimentações atípicas

Segundo apuração da Veja, técnicos encontraram "movimentações financeiras consideradas atípicas" envolvendo o ministro Paulo Moura Ribeiro, que negou qualquer envolvimento com o lobista.

O presidente do STJ, o ministro Herman Benjamin, informou em entrevista ao O Globo, que há um "constrangimento coletivo" e uma "profunda tristeza" entre todos os ministros, que são os maiores interessados em apurar o caso.

"De 16 de outubro de 2023 até 15 de outubro de 2024, entraram no STJ 518 mil processos. Isso significa dizer que cada ministro recebeu 17 mil processos. Isso significa dizer que, contando os dias úteis, os ministros teriam que decidir sobre 197 processos. Dividindo esses dias úteis por oito horas, aproximadamente um processo a cada cinco minu-

tos por ministro. Eu pergunto: isso é viável? Como é que se pode imaginar que um ministro vai ter controle total do seu gabinete quando, a cada cinco minutos, será elaborada uma decisão?", disse Benjamin ao jornal.

Penal

De acordo com Melillo, a responsabilização dos possíveis culpados, além de administrativa, será penal. E que ainda que não haja muitas informações de envolvimento de ministros, no passado já houve situações no próprio STJ que levaram ao afastamento de membros da Corte.

"O Poder Judiciário tem cada vez mais a atenção do público e da opinião pública. Tenho a impressão de que haverá melhoria nas práticas internas de todos os tribunais, para evitar que a imagem do Poder Judiciário seja abalada por casos assim", avaliou o advogado.

A denúncia ocorre num momento de mudança no tribunal. Na última terça-feira (15), o STJ definiu as duas listas tríplices com candidatos às vagas em aberto para substituir as ministras que se aposentaram, Laurita Vaz e Assusete Magalhães. Os nomes serão encaminhadas ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que indicará um nome de cada uma das listas para submeter à sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Candidato do PsoL fez campanha em Guianases

Inimigo íntimo: o maior adversário de Boulos

Na avaliação de aliados e de adversários, o maior adversário de Guilherme Boulos, candidato do PsoL à prefeitura de São Paulo, não é Ricardo Nunes (MDB), mas a própria imagem de radical. É que explicaria o fato de situações que desgastam o atual prefeito — como o apagão na cidade — não representarem um aumento nas intenções de voto do psolista. O eme-

debista chega a perder pontos em pesquisas, mas esses eleitores não migram para Boulos.

Protagonista e observador da política, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, tem dito a amigos que o candidato do PsoL é um grande quadro da esquerda que esbarra no estereótipo de invasor — ele foi coordenador nacional do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Bomba

Boulos promete fazer uma revelação bombástica às 10h de hoje. Assesores dizem não saber do que se trata, mas a aposta é que se trata de algo relacionado a Eduardo Livatto, chefe de gabinete da Secretaria de Infraestrutura Urbana, que seria ligado a empreiteiras.

Atacante

No debate da Record/Estadão, Nunes assumiu uma postura bem mais agressiva do que no encontro da Band. Ele e aliados resolveram que não seria bom continuar a apanhar calado. Parte da semana passada foi consumida em treinamentos para jogar no ataque.



Nunes e Boulos no debate de sábado

Eleitor envergonhado e distorção no Datafolha

Especialistas ouvidos pela coluna concordam que divergências do Datafolha em relação a outros institutos estão relacionadas a uma ponderação aplicada no segundo turno.

Para compensar uma presença menor de entrevistados que disseram ter votado em Pablo Marçal, o Datafolha aumentou o peso destes em seus cál-

culos. Ele teve 23% dos votos, mas, dos ouvidos pelo instituto, só 15% declararam ter optado por ele.

O problema é que a ponderação não leva em conta eleitores de Marçal que, aos pesquisadores, disseram ter optado por outro candidato. Neste segundo turno, o Datafolha chegou a dar 22 pontos de vantagem para Nunes.

Enganos

Não é incomum que eleitores se enganem ou mintam na hora de declarar votos anteriores. Muitos não gostam de dizer que escolheram candidatos que acabaram derrotados; no caso de Marçal, não se pode descartar o eleitor que se envergonhou de ter votado nele.

Probabilidade

Outro problema: como os três primeiros colocados na primeira fase tiveram votações parecidas, haveria uma tendência estatística de que, numa amostragem aleatória, os eleitores de todos tivessem representação semelhante entre os abordados pelos pesquisadores.

Peso maior

O critério utilizado pelo Datafolha permite que eleitores de Marçal tenham sido sobre-representados. O resultado final da pesquisa refletiria a opinião dos marçalistas assumidos e daqueles que votaram nele mas afirmaram que optaram por outros candidatos.

Justiça

Boulos chegou a entrar na Justiça contra o Datafolha, alega que a ponderação utilizada não havia sido previamente informada ao TSE. O instituto comunicara que poderia fazer alterações na mostra para equiparar critérios como idade e sexo dos eleitores.

Apesar das eleições, Senado foca na reforma tributária

Por Gabriela Gallo

A menos de uma semana para o segundo turno das eleições municipais, o Congresso Nacional segue com a pauta esvaziada para os parlamentares envolvidos na disputa retornarem a seus redutos eleitorais para se concentrarem no segundo turno. Todavia, apesar da agenda esvaziada na Câmara dos Deputados, o Senado Federal segue com as discussões acerca do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024). Os senadores mantêm a previsão de que o relatório final da medida seja votado, e eventualmente aprovado, no plenário da Casa na primeira semana de dezembro.

Nesta quarta-feira (23), o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentará o plano de trabalho para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) debater o tema. Inicialmente, o plano deveria ter sido apresentado na última quarta-feira (16), mas o relator teve de se ausentar por recomendação médica após realizar uma cirurgia de retirada de uma hérnia de disco e de um cisto. O senador teve que se ausentar dos trabalhos até este domingo (20).

Audiências

A previsão é que CCJ realize duas audiências temáticas para discutir os impactos da reforma tributária, um dia ouvindo governadores e no outro ouvindo prefeitos. Depois disso, tal como tem sido realizado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, serão realizadas audiências públicas para conversar com os principais setores atingidos com a mudança. A tendência é que o relatório final será trabalhado, além de Braga, com ajuda da CCJ e da CAE.

O PLP 68 já recebeu 1.400 emendas. Diante disso, a expectativa é que o texto retorne para a Câmara dos Deputados já que deve passar por mudanças — por exemplo, a tendência é que os senadores retirem carros elétricos de itens do Imposto Seletivo (IS) e retirem carnes vermelhas da cesta básica de produtos com isenção tributária integral. Dessa forma, para evitar que as mudanças sejam revertidas, a expectativa é que Eduardo Braga e os demais senadores se encontrem com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que o texto apresentado no plenário do Senado seja um consenso entre as duas Casas.

CSLL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal debaterá, nesta terça-feira (22), o Projeto de Lei (PL) nº 596/2023, que dispõe sobre a remissão de dívidas relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A proposta determina a extinção de dívidas da CSLL anteriores ao ano de 2017 para empresas que tinham decisão judicial que as livrava do tributo.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é um tributo federal que incide diretamente sobre o lucro líquido das empresas operantes no Brasil. Atualmente, a alíquota da contribuição é de 9% para empresas em geral e 15% para instituições financeiras e empresas de seguros privados e de capitalização.

Em 2007, a cobrança do tributo se tornou obrigatória, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Os afetados recorreram na Justiça e algumas empresas continuaram a não pagar os valores. Em 2016, o Supremo analisou novamente e estabeleceu que a decisão seria válida para todos. Porém, a tese final foi definida apenas sete anos depois, em fevereiro de 2023

(Tese 881 e 885), a qual reforçou que as empresas que não contribuíram com o CSLL a partir da decisão de 2007 deveriam efetuar o pagamento. Com essa determinação, o Senado analisa o projeto para conceder o perdão das dívidas contraídas por esses tributos antes de 2017.

Para a senadora Zenaide Maia (PSD-RN), que solicitou o debate na CAE, o não pagamento das dívidas equivale a "defender a sonegação". Porém, o relatório da proposta, elaborado pelo senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), alega que a Suprema Corte demorou muito para avaliar os casos, o que elevou muito o montante da dívida. Além disso, ele argumenta que cobrar impostos de tantos anos anteriores causa insegurança jurídica a essas empresas, abalando a segurança de negociantes e investidores em geral de que seus direitos serão respeitados no país.

Na audiência, serão ouvidos representantes do STF; da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que é a responsável por atuar na cobrança judicial dos valores devidos à União; e da Receita Federal do Brasil.